



## GT 5 – Comunicação e Sociedade Civil

### Comunicação, *digital literacy* e participação política: inter-relações, reciprocidades e determinações

#### **Jussara Borges**

Professora Assistente (ICI/UFBA)

Doutoranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Facom/UFBA)

[jussarab@ufba.br](mailto:jussarab@ufba.br)

#### **Othon Jambeiro**

Professor Titular (ICI/UFBA)

PhD pela *University of Westminster*, Londres

[othon@ufba.br](mailto:othon@ufba.br)

## 1 INTRODUÇÃO

Com a opção quase unânime pela democracia representativa no mundo ocidental, no final do século passado, o debate acadêmico – e também em ambientes extra-universitários - tem abordado, com relativamente grande insistência, tanto valores e princípios quanto o aprofundamento da democracia. Um tópico em relevo é o critério da representatividade, crescentemente visto como fator de distanciamento da esfera civil do campo de decisão política. Vários teóricos (Bobbio, 2007; Bohman, 1996; Pateman, 1992; Santos, 2002, entre outros), sugerem o alargamento da participação política para além da escolha de representantes como o caminho para a sedimentação, o enraizamento e o desenvolvimento democrático.

O papel que a participação joga na democracia, no entanto, não encontrou consenso entre os teóricos e o próprio conceito vem se alterando nas práticas democráticas ao longo da história. Mais recentemente, novos valores relacionados à chamada cibercultura também competem na conformação do que é participação política. Esses valores têm suas raízes no movimento contestatório da década de 1960, mas vão se intensificar no final do século XX, fortemente amparados pelas facilidades de acesso à informação e comunicação propiciadas pela Internet. As formas de ser e fazer que se desenvolvem ou intensificam, a partir dessas facilidades,

vêm sendo chamadas de cibercultura, um contexto que valoriza práticas de colaboração, interação e participação.

Por outro lado, o uso do ciberespaço como meio de expressão individual e comunicação social requer competências que permitam atuação efetiva e criativa de produtores, consumidores, falantes e ouvintes, no contexto social em que querem participar. Mas quais competências seriam essas? Alguns autores (Murdock; Golding, 2004; Martin, 2008) vêm se referindo a elas como um conjunto de competências digitais requeridas para exercer comando sobre a produção de significado e conhecimento potencialmente propiciados pela Internet.

Organizações da sociedade civil, que no século XX ocuparam um papel importante na articulação e promoção de direitos civis, devem estar sendo afetadas pelas mudanças. Essas organizações exercem uma função política central na sociedade contemporânea, porque, como diria Maia (2001, p. 7): “é improvável que iremos alcançar uma cultura política perfeitamente discursiva, na qual todos os cidadãos tenham um interesse ativo em discussões políticas ou questões públicas gerais”. Na verdade, “a materialização do cidadão no processo político tem sido constatado particularmente no contexto do fortalecimento de entidades locais, organizações não-governamentais (ONGs), associações de moradores e organizações voluntárias, entre outras” (Baquero, 2003, p. 86).

Assim, este *paper* tem como objetivo contribuir para a compreensão dos conceitos e formas de participação política praticados pelas organizações da sociedade civil. Esses conceitos e formas podem estar sendo impactados pelos valores da cibercultura, de modo que interessa-nos observar as competências que estão sendo promovidas ou demandadas para a atuação dessas organizações.

## **2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA DEMOCRACIA**

Com o debate político no século XX resolvido em direção à democracia como forma de governo desejável, o modelo que fornece os parâmetros para essa democracia vem da doutrina liberal, de influência crescente a partir da Segunda Guerra Mundial e hegemônica desde os anos 1980. O desenvolvimento recente dos ideais democráticos vem ocorrendo, portanto, dentro dos padrões liberais de análise e dos princípios de representação.

Dentre os expoentes clássicos da democracia liberal estão Jeremy Bentham e James Mill. “Estes clássicos tendem a conferir valor superior (1) aos princípios de prestação de contas e

visibilidade por parte dos governantes e (2) à defesa de uma circunscrição modesta da participação dos cidadãos, limitando-se tais eventos às ocasiões eleitorais” (Marques, 2008, p. 41)

Na primeira metade do século XX começou a se formar a teoria democrática contemporânea, reunindo teóricos como Schumpeter e Berelson. O primeiro defende que o ponto central da democracia é a formação de um “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo” (Schumpeter, 1943). É, portanto, em essência, um portavoiz do pensamento liberal “usualmente identificado com uma visão da democracia em termos de ‘elitismo competitivo’ onde o papel das elites é fundamental e o papel dos votantes claramente secundário” (Pereira, 1997). Na mesma linha, Berelson, assim como outros da mesma corrente de pensamento, relaciona o aumento da participação política à instabilidade do sistema democrático. Para ele, altos níveis de participação devem ser desempenhados apenas por alguns e, portanto, a apatia e o desinteresse da maioria têm um papel positivo, pois possibilitam equilíbrio e estabilidade do sistema como um todo.

De forma geral, o entendimento de participação entre os autores de matiz liberal-elitista pode ser sintetizado na escolha daqueles que tomam as decisões. Essa escolha deve se dar por sufrágio universal, através de eleições periódicas e livres, nas quais os líderes (elite) competem pelos votos do povo. O nível de participação desejável é aquele que faz a máquina eleitoral funcionar, e qualquer outra interferência da esfera civil nas decisões públicas é negativa ao processo democrático.

Principalmente a partir da década de 1960, o modelo liberal de democracia começa a receber questionamentos. O Estado democrático ao longo da história foi assumindo uma configuração profissional, burocrática e autônoma da sociedade, na qual as decisões de gabinete tolhem o debate político das decisões governamentais. Assim, perspectivas contra-hegemônicas que vêem a democracia como uma forma de organização da sociedade e de relação entre Estado e sociedade civil colocam uma nova proposta para a democracia que possibilite efetiva participação política dos cidadãos:

Trata-se de uma proposta de alargamento da democracia, inclusive de seus tradicionais mecanismos de incorporação da sociedade civil que historicamente limitou-se aos princípios da representação no Parlamento. Nesta empreitada, duas perspectivas fundamentais de propostas alternativas à visão procedimental de democracia são elaboradas: a democracia participativa e a democracia

deliberativa (Laisner, 2008, p. 28).

Pateman (1992, p. 62), uma das principais expoentes da democracia participativa, refere-se a Rousseau como o teórico por excelência da participação e chama a atenção para os resultados da participação: “Pode-se caracterizar o modelo participativo como aquele onde se exige o *input* máximo (a participação) e onde o *output* inclui não apenas as políticas (decisões), mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo”. Também para Cole, à influência de Rousseau, a participação tem um papel central não só na política, mas ele pensa numa sociedade participativa, onde o indivíduo pode participar da tomada de decisão em todas as associações ou grupos dos quais faz parte.

Principalmente a partir dos anos 1980 o modelo participacionista ganha um novo reforço ou uma outra perspectiva de base mais procedimentalista: a democracia deliberativa.

De acordo com a maioria de proponentes da democracia deliberativa, a tomada de decisão política é legitimada quando as políticas são produzidas em um processo da discussão pública e debate entre os cidadãos e seus representantes, indo além do mero interesse pessoal, refletindo o interesse geral ou o bem comum<sup>1</sup> (Bohman, 1996, p. 4).

Desta forma, democracia deliberativa pode ser definida como um processo dialógico de troca, com a finalidade de resolver situações problemáticas que não podem ser estabelecidas sem coordenação e cooperação interpessoal (Bohman, 1996). A ação comunicativa fortemente imbricada na teoria deliberacionista é especialmente associada aos escritos de Jürgen Habermas: “A esfera pública passa, assim, a indicar a dimensão da sociedade em que este intercâmbio discursivo torna-se possível, não exatamente um cenário de interesses ou campo de enfrentamento entre Estado e sociedade, mas uma prática de discurso crítico racional dos assuntos públicos” (Laisner, 2008, p. 30).

As principais críticas ao modelo participacionista referem-se a questões de aplicação prática: necessidade de boa circulação de informações, capacidade cognitiva, educação. Segundo Silva (2009, p. 51), no entanto, “já existem atualmente dispositivos de ênfase participativa ou deliberativa funcionando nas engrenagens institucionais das democracias liberais”, a exemplo dos diversos conselhos de caráter consultivo, criados a partir da Constituição de 1988.

Para Giddens (1996, p. 131), a concepção deliberativa representa um avanço ao modelo participacionista “epistêmico” de Rousseau, porque enquanto este acredita na existência de uma vontade geral e supõe que os procedimentos democráticos podem realizá-la, a abordagem

---

<sup>1</sup> Tradução livre de: “According to most proponents of deliberative democracy, political decision making is legitimate insofar as its politics are produced in a process of public discussion and debate in which citizens and their representatives, doing beyond mere self-interest or on their common good.”

deliberativa enfatiza o processo de discussão, no qual todos os pontos de vista possam ser ouvidos, buscando-se um acordo na arena política.

Em uma ordem social cada vez mais reflexiva, na qual as pessoas também são livres para ignorar a política quando assim o desejarem, a legitimidade política não vai ser prontamente mantida apenas porque um aparato de eleição, representação e parlamento está à disposição. Para criar e preservar essa legitimidade, é provável que os princípios da democracia deliberativa tornem-se cada vez mais significativos (Giddens, 1996, p. 132).

Assim, neste percurso pela teoria democrática, a perspectiva que prevaleceu foi a que relacionou procedimentos de representação. No entanto, os limites do sistema representativo – principalmente o distanciamento exagerado entre a esfera da decisão política e a sociedade ou esfera civil – levaram a proposição de modelos alternativos, nos quais os ideais participacionistas são centrais. Observa-se, portanto, que propostas teóricas mais recentes encaminham-se no sentido de “reconhecer que mecanismos de participação podem tornar-se complementares nos processos decisórios, uma vez que podem [...] atuar como mecanismos de aperfeiçoamento democrático, como ponto e não contraponto da representação” (Laisner, 2008, p. 32).

Para além das discussões teóricas, o contexto político também é conformado pelas mudanças sociais e culturais. Para Castells (2003, p. 428) “as novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático tornaram obsoleto o sistema partidário e o atual regime de concorrência político como mecanismos adequados de representação política na sociedade em rede”. Com a chegada da Internet, Gomes (2005a, p. 218) diz que a introdução dessa nova plataforma tecnológica:

[...] faz ressurgir fortemente as esperanças de modelos alternativos de democracia, que implementam uma terceira via entre a democracia representativa, que retira do povo a decisão política, e a democracia direta, que a quer inteiramente consignada ao cidadão. Estes modelos giram ao redor da idéia de democracia participativa e, nos últimos dez anos, na forma da democracia deliberativa, para a qual a internet é decididamente uma inspiração.

A Internet pode possibilitar um meio através do qual cidadãos podem se comunicar entre si e com políticos, trocar informações e debater sem barreiras burocráticas, de forma rápida e direta (Maia, 2001). De fato, as ponderações sobre democracia eletrônica aparecem relacionadas à capacidade do novo ambiente de comunicação de promover a participação do cidadão na vida pública e seu envolvimento em questões políticas, como acesso aos processos legislativos, comunicação eletrônica com representantes eleitos, votação eletrônica, discussões sobre temas da sociedade, escolha de prioridades nas listas dos orçamentos participativos, participação via meios eletrônicos em referendos, plebiscitos etc.

Mesmo considerando essas possibilidades, Robins e Webster (1999) argumentam que as TICs têm sido muito mais utilizadas para automatizar e aprofundar formas de controle e vigilância social, em acordo com valores da Administração Científica e também centrais para a coesão e reprodução de sociedades capitalistas. Para eles, a mudança cultural mais importante nesse contexto é que o debate político, as trocas e discussões na esfera pública passam a ser vistas como ineficientes, um verdadeiro obstáculo para a administração racional da sociedade. Somado a isso, tem ocorrido uma crescente concentração de propriedade dos grandes meios de comunicação comerciais entre conglomerados que dominam diversos setores da indústria cultural.

Para Santos (2002), no entanto, grupos excluídos têm se apropriado das tecnologias para estabelecer laços e se fortalecer: “[...] a intensificação exponencial das relações transfronteiriças e as novas tecnologias de informação e comunicação produziram alterações profundas nas escalas espaciais e temporais da ação social”. McLuhan, que escreveu num período anterior às tecnologias digitais, já vislumbrava o impacto das TICs na consciência humana:

Depois de três mil anos de explosão especializada, de especialização e alienação crescentes nas extensões tecnológicas de nosso corpo, nosso mundo tornou-se compressivo por uma dramática reversão. Eletricamente contraído, o globo já não é mais do que uma vila. A velocidade elétrica, aglutinando todas as funções sociais e políticas numa súbita implosão, elevou a consciência humana de responsabilidade a um grau dos mais intensos. É este fator implosivo que altera a posição do negro, do adolescente e de outros grupos. Eles já não podem ser *contidos*, no sentido político de associação limitada. Eles agora estão *envolvidos* em nossas vidas, como nós na deles – graças aos meios elétricos (McLuhan, 2005, p. 19, grifo nosso).

Parece crescer a compreensão de que a complexidade dos problemas da humanidade é responsabilidade de todos e requer soluções compartilhadas, e “a participação de cidadãos permanentemente ativos e informados é a chave para a construção de uma sociedade democrática” (Jambeiro e outros, 2008, p. 3).

### **3 CIBERCULTURA E CULTURA PARTICIPATIVA**

A questão dos valores e atitudes predominantes no mundo online moveu os interesses de Norris (2001) ao questionar se estariam impactando na cultura política. Os resultados de sua pesquisa empírica confirmaram a existência de uma distinta cultura no universo digital na qual tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, as pessoas mostraram-se amplamente favoráveis a valores pós-materialistas como liberdade e tolerância, embora também defendessem o livre

mercado na esfera econômica. Para a autora, a cibercultura propicia um espaço público favorável para redes progressistas e movimentos sociais que cresceram na contracultura dos anos 1960, como aqueles que promovem os direitos homossexuais, direitos civis, feministas e ambientais. De fato, desde a criação da internet – a base técnica e operacional do ciberespaço -, se multiplicam os grupos que se apropriam da plataforma para fortalecer articulações já existentes e criar novas. São redes de desenvolvedores de software livre, redes de pesquisadores das mais diversas especialidades, redes sociais com interesses vários. No âmbito dos movimentos sociais, já nos anos 1980, mas principalmente na década seguinte, eles também se apropriam do ciberespaço para dar vazão às suas ideias e articular ações:

[...] o poder integrador das páginas *web* e do universo que formavam trouxe para a comunicação distribuída a reunião dos diferentes movimentos em ações coletivas, seja para empreender uma luta comum, seja para construir uma atividade comum. [...] Nasce a guerra em rede (*netwar*), que permite aos movimentos sociais lutarem vantajosamente contra Estados e corporações. O movimento zapatista, nascido em 1994, será o principal exemplo desse poder e a principal escola de aprendizado para ONGs e movimentos sociais (Antoun, 2008, p. 16).

Mais recentemente novos elementos vão juntar-se a esse contexto e produzir repercussões sociais importantes. Trata-se da combinação de técnicas informáticas com processos de comunicação mediados por computador que potencializam formas de publicação facilitadas, compartilhamento e organização de informação, além da ampliação de espaços para interação entre os participantes do processo (Primo, 2008). A literatura vem identificando essa segunda geração de serviços *online* como Web 2.0.

A ideia não é inédita: há mais de dez anos Lévy (1999, p. 194) vem defendendo que o “nervo do ciberespaço não é o consumo de informações ou de serviços interativos, mas a participação em um processo social de inteligência coletiva”. No entanto, práticas que substanciem essa afirmação só se tornaram evidentes no Brasil em período recente, a exemplo dos *wikis* - em que cada usuário redige e comenta um determinado termo acessível a todos os outros que o lêem, e podem também contribuir com alterações - e de espaços de construção coletiva como o MySpace, Youtube, *blogs*, redes de celulares.

Assim, as possibilidades de interação propiciadas pelos meios eletrônicos, nos quais, muitas vezes, o indivíduo é convidado a opinar, a intervir, parecem levá-lo a assumir uma postura mais proativa perante a informação, criticando-a, refazendo-a e interagindo com o produtor e com outros usuários. Para Jenkins (2009), o próximo estágio da evolução é de uma cultura de

interação para a cultura participativa. O autor evidencia uma mudança cultural em curso: um indivíduo que não se contenta mais em consumir um produto, mas quer poder modificá-lo, criar a partir dele, reinventá-lo, fazer parte.

A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo (Jenkins, 2009, p. 28)

Pode-se especular, portanto, com o reflexo da cultura participativa em outros fóruns de interação, como os de participação política. Para Scheer (1997 *apud* Garcia, 2005) “do cruzamento desta arquitetura entre sociedades da comunicação, informação e comutação nascerá uma outra sociedade, a virtual, onde as configurações e os mecanismos políticos terão necessariamente que ser diferentes”.

Um contraponto é colocado por Jordan (2001, p. 13) quando argumenta que a cibercultura está sendo moldada por valores angloamericanos que privilegiam princípios como o individualismo e o autogoverno, em oposição a práticas mais cooperativas. Para o autor, como cibercultura e ciberpolítica condicionam-se mutuamente, a prevalência de um determinado conjunto de valores pode limitar as possibilidades políticas. Observando as eleições norte-americanas de 2004, Jenkins (2009, p. 272), no entanto, avaliou que se pôde ver “cidadãos começando a aplicar o que aprenderam como consumidores de cultura popular em formas mais visíveis de ativismo político”. As mudanças culturais que o autor identifica são “um senso de comunidade diferente, uma sensação maior de participação, menos dependência de expertise oficial e maior confiança na solução coletiva de problemas”.

Na avaliação de Kumar (1997), no entanto, a despeito da potencialidade das tecnologias de informação para produzir mudanças radicais nos costumes sociais, a nova tecnologia “está sendo aplicada em uma estrutura política e econômica que confirma e reforça padrões existentes, ao invés de gerar outros”. Para o autor, aqueles grupos historicamente marginalizados do acesso aos bens e serviços, excluídos da participação política e social, e, portanto, alijados de sua cidadania, permanecem clientes passivos, compradores e consumidores. Complementando a ideia, Otfried Jarren<sup>2</sup> lembra que embora todos possam potencialmente disponibilizar conteúdos na Internet, fica para o usuário a incumbência de se achar no meio disso tudo. Para ele as

---

<sup>2</sup> Comunicação de Otfried Jarren, professor do Instituto de Publicidade e Pesquisas em Mídia (Suíça), no Ciclo de Cibercultura – Tecnologia, Sociedade e Cultura no Século XXI, em Salvador, em 24 de outubro de 2007.



competências para atuar e interagir no ciberespaço são elevadas e a formação não está distribuída de forma igualitária intra e entre nações, o que implica em limitações para participação política.

#### **4 COMPETÊNCIAS DIGITAIS**

A compreensão do fenômeno da exclusão digital refere-se ao desigual acesso às tecnologias de informação e comunicação e à desigual capacitação do usuário para extrair o melhor proveito das potencialidades oferecidas a partir delas. O acesso físico e cognitivo aos dispositivos digitais e ao conteúdo que por eles flui, entretanto, não parece dar conta das mudanças em curso. A mudança é cultural, porque estamos migrando de uma posição de espectadores – pessoas que recebem um conteúdo pronto, uniforme e padronizado de informação via TV e rádio, por exemplo – para participantes – pessoas que procuram, avaliam e decidem como aproveitar a informação disponível na Internet. Nesse sentido, concordamos com Jenkins (2009, p. 50) quando argumenta que “enquanto o foco permanecer no acesso, a reforma permanecerá concentrada nas tecnologias: assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais”.

Por outro lado, se a Internet representa a maximização da liberdade de acesso e uso da informação, como todo acréscimo de liberdade, as responsabilidades também inflacionam: a capacidade de usar eficientemente mecanismos de busca, considerando um ambiente de hiperinformação; o discernimento entre informação relevante da maliciosa, incorreta ou incompleta; a compreensão das inter-relações entre os fatos; a organização de informação dispersa para construir sentido; o entendimento de que o conteúdo disponível hoje pode não estar amanhã. Enfim, os exemplos não se esgotam aqui e também não é possível dizer que se trata de competências exclusivas para o meio digital, mas a simples compreensão de que nem tudo que está na Internet é verdade já pressupõe um novo conjunto de suposições e uma reorientação do pensamento. É importante compreender que a relação com os dispositivos para a comunicação foi recentemente reconfigurada e, conseqüentemente, as possibilidades e as exigências de competências também (Ribeiro, 2007). Para Gilster (1997, p. xii)

A tecnologia demanda de nós um senso de possibilidades, uma disposição para adaptar nossas habilidades para uma nova mídia evocativa, imaginativa. E esse é o coração da competência digital. Nossa experiência com a Internet será

determinada pela forma como nós dominarmos estas competências-chave <sup>3</sup>.

Embora autores de correntes diversas concordem que as mídias digitais sugerem novas habilidades, letramentos ou competências, não se observa um consenso quanto à terminologia. Demo (2007) citando *Digital literacies for learning*, livro editado por Martin e Madgan (2007), utiliza a expressão “alfabetização digital”. Já na obra de Jenkins (2009, p. 229), o tradutor optou pelo termo “letramento”.

Bélisle (2007, p. 53) sugere a emergência de uma abordagem mais globalizante “em termos não só de habilidades, mas de competências, como uma capacidade subjacente de saber quais habilidades usar em diferentes contextos e estar pronto para ativar instantaneamente as habilidades pertinentes para a tarefa em questão<sup>4</sup>”. É nesse sentido que neste trabalho optou-se pelo termo “competência digital”.

De acordo com revisão de literatura realizada por Aviram e Eshet-Alkalai (2006), o conceito de *digital literacy* é frequentemente relacionado com a combinação de habilidades técnicas, cognitivas e socioemocionais para efetuar transações e resolver problemas em ambientes digitais. Também é apresentado como um tipo especial de atitude que possibilita aos usuários agirem intuitivamente em ambientes digitais, e fácil e efetivamente acessarem a grande quantidade de conhecimento estocado nesses ambientes. Gilster (1997, p. 1), considerado o precursor da expressão *digital literacy* a define como “a habilidade para entender e usar informação em múltiplos formatos de diversas fontes quando é apresentada via computadores<sup>5</sup>”.

Eshet-Alkalai (2004) propôs um esquema conceitual para *digital literacy*:

1) *Photo-visual literacy* – com a evolução dos ambientes digitais baseados em texto para ambientes baseados em elementos gráficos, é necessário empregar habilidades cognitivas para “usar a visão para pensar”. Em outras palavras, esta habilidade está relacionada com a capacidade de “ler” e entender instruções e mensagens que são mostradas em formato visual-gráfico. Os recentes jogos de computador, cujas instruções são todas dadas por meio de símbolos e ícones, são exemplos do ambiente de uso dessa habilidade;

2) *Reproduction literacy* – trata-se da habilidade de criar novos significados e novas

---

<sup>3</sup> Tradução livre de: “Technology demands of us, as it did of them, a sense of possibilities, a willingness to adapt our skills to an evocative new medium. And that is the heart of digital literacy. Our experience of the internet will be determined by how we master its core competences”

<sup>4</sup> Tradução livre de: “in terms not only of skills but of competence, as an underlying capacity to know which skills to use in different contexts and to be able to activate instantly the skills pertinent to the task at hand”.

<sup>5</sup> Tradução livre de: “Digital literacy is the ability to understand and use information in multiple formats from a wide range of sources when it is presented via computers”.

interpretações pela combinação de fragmentos de textos, imagens ou sons pré-existentes. Essa habilidade mostra-se essencial em dois campos principais: redação – onde uma sentença pré-existente pode ser reorganizada e rearranjada para criar um novo significado; e na arte, onde uma peça de áudio ou vídeo pode ser editada e manipulada para criar um novo trabalho;

3) *Branching literacy* – é a habilidade para manter-se orientado e não perder-se no ciberespaço enquanto navega através de diversos domínios do conhecimento, apesar dos intrincados atalhos disponíveis. Também está relacionada com a habilidade de criar modelos mentais, mapas de conceitos e outras formas de representação abstrata da estrutura da rede, que ajuda o usuário a superar problemas de desorientação em ambientes de hipermídia;

4) *Information literacy* – com o crescimento exponencial da informação disponível, os usuários precisam saber selecionar a informação útil daquela falsa, irrelevante ou preconceituosa. Pessoas competentes em informação são críticas e sempre questionam a validade da informação;

5) *Socio-emotional literacy* – inclui as habilidades para compartilhar não só conhecimento formal, mas também sentimentos através dos meios de comunicação digital, identificar pessoas mal intencionadas em uma sala de bate-papo e evitar armadilhas, como vírus. Desde que o uso do ciberespaço envolva aspectos sociais e emocionais, os usuários precisam de habilidades para “entenderem as regras do jogo”.

Para a participação política, uma das competências cada vez mais demandada é a competência informacional. Em concordância com esse posicionamento, Araújo (1999) considera que a construção da cidadania, ou de práticas de cidadania, passa, cada vez mais, pela questão do acesso e uso de informação. Ou seja, depende da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa. De forma genérica, a competência informacional está relacionada à simbiose de conhecimentos, habilidades e atitudes para perceber uma necessidade de informação, localizá-la rapidamente, avaliar sua pertinência e qualidade, e aplicá-la adequadamente.

O aspecto cognitivo (pensamento crítico, avaliação e integração dos recursos digitais, etc.), mais que habilidades técnicas, aparece como central no conceito de competência digital. Por exemplo, a habilidade de ler e lidar com símbolos e imagens parece estar entre as mais comuns: num nível inicial, a maioria dos usuários consegue decodificar a mensagem por traz de uma ampulheta ou um indicador. Mas, cada vez mais as pessoas estão utilizando softwares de edição

de imagens para manipular imagens e fazer manifestos políticos, por exemplo. São um equivalente alternativo das charges políticas e tentativas de sintetizar o assunto do momento em uma imagem poderosa. Isso envolve bem mais que a habilidade de lidar com imagem: requer conhecimento do cenário político e atitude de comunicação.

Outra inter-relação conceitual possível é entre a *socio-emotional literacy* e a noção de capital social. Na definição de Costa (2008, p. 36), capital social é a "*capacidade de interação dos indivíduos*, seu potencial para interagir com os que estão à sua volta, com seus parentes, amigos, colegas de trabalho, mas também com os que estão distantes e podem ser acessados remotamente". Também para Baquero (2003, p. 95): "A premissa essencial do capital social é a de que permite ações cooperativas comunitárias e resolve os problemas comuns da coletividade". As interações sociais que promovem o capital social, portanto, estão alicerçadas em competências socioemocionais para desenvolver laços de confiança, cooperação e interação. São valores como esses que permitem que os atores sociais se organizem para gerar desenvolvimento político, econômico e social, o que explica, segundo Baquero (2003, p. 95) "como em algumas localidades a atividade política e, principalmente, econômica e social mostram grande vitalidade e parecem ser mais efetivas".

## **5 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

De acordo com Cortês (2007), até o início dos anos 1990 eram comuns na literatura, afirmações sobre a quase impossibilidade de criar canais participativos nos países em desenvolvimento, devido às características de suas instituições políticas, porque elas estariam dominadas por pactos e acordos informais elitistas e pela fraqueza da sociedade civil. Ainda de acordo com essa autora, esse cenário vem se alterando e vários autores têm chamado a atenção para a criação de mecanismos participativos em diversas áreas e níveis da administração pública.

Observando-se o caso brasileiro, a partir da década de 1990 os governos se empenharam em reformas do próprio Estado e da administração pública, para tornar a burocracia governamental mais ágil, procurando acompanhar a eficiência e agilidade do setor privado, além de, alegadamente, se aproximar mais do cidadão. Essas iniciativas muitas vezes aparecem relacionadas a programas de governo eletrônico, incorporando, portanto, os elementos tecnológicos não só para a otimização de processo e funções, mas também para mudanças na cultura organizacional do Estado e no comportamento político das sociedades, como a

participação e o controle do Estado pelos cidadãos. Essa é uma compreensão importante porque o modelo de democracia participativa demanda das instituições políticas não apenas a abertura de canais participativos para a sociedade, como também a formação dos cidadãos para a participação e o preparo das próprias organizações para receber essa participação.

Reconhecido o papel das instituições políticas, este trabalho, no entanto, volta-se para as organizações da sociedade civil. Isto porque as organizações da sociedade civil vêm ampliando as perspectivas democráticas, vez que, além da atuação na área específica em que cada uma se propõe, contribuem para ampliar as formas de participação política, emprestando-lhe um novo/renovado caráter de ação: a busca por informações, a militância, as discussões, as manifestações de opinião, as marchas, a avaliação dos representantes, a pressão sobre os políticos etc. “Disseminados pelo tecido social, essas redes cívicas [...] devem ser vistas como ‘arenas discursivas temáticas’, locais de contestação, de argumentação e de deliberação” (Maia, 2001, p.7).

Nas palavras de Bobbio (2007, p.152) “a democracia dos modernos é pluralista, vive sobre a existência, a multiplicidade e vivacidade das sociedades intermediárias”. São os grupos segmentados – associações de mulheres, negros, ecológicos - que se tornaram os protagonistas da vida política na sociedade democrática. Além disso, as organizações voluntárias têm sido identificadas como alternativas preferenciais na resolução de problemas locais:

As organizações alternativas às tradicionais (partidos) são vistas crescentemente como sendo mais flexíveis e efetivas do que os programas patrocinados pelo Estado. Também são consideradas mais capazes de estruturar suas atividades às necessidades e circunstâncias comunitárias. Assim, em virtude das deficiências da democracia representativa, um número crescente de pessoas parece depositar fé na ação da sociedade civil no processo de regeneração política (Baquero, 2003, p. 87).

No entanto, o termo “sociedade civil” foi introduzido no vocabulário político corrente somente na década de 1970. No imaginário político nacional, “a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar para alterar o *status quo* no plano estatal, dominado pelos militares e por um regime não democrático” (Gohn, 2005, p. 70). Assim, uma noção muito presente na época era a questão da autonomia: organizar-se independente, e muitas vezes, contra o Estado. É desse período também a ampliação e diversificação dos grupos organizados: entram em cena movimentos, associações, instituições e ONGs em busca pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos: raça, gênero, meio ambiente, direitos humanos etc. (Gohn, 2005).

A partir de meados dos anos 1990 assiste-se a muitas organizações da sociedade civil

trocando sua orientação de uma histórica posição de questionamento da autoridade estatal e/ou articulação de demandas para a exigência de maior participação no interior das políticas estatais. Em particular, no Brasil, destaca-se a transferência de funções governamentais às ONGs. Essas organizações têm proposto políticas nas áreas de educação, saúde, meio-ambiente e outras. Também colaboram habitualmente na implementação de políticas públicas conjuntamente com governos municipais, entidades religiosas e organizações comunitárias locais. Reis (2003), no entanto, sugere que se adote uma postura crítica e analítica frente a esse novo ator, já que “a lógica do capital social pode comportar a formação de monopólios tanto quanto a do mercado”.

A Constituição de 1988 atribuiu às associações funções de representação, a exemplo da participação no planejamento municipal (art. 29, XII), denúncia de irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (art. 74, §2) e participação na formulação de políticas e no controle das ações em todos os níveis (art. 204, II). Na sequência, vários outros instrumentos normativos vão vincular a participação popular à representação pelas associações, como ocorre no Estatuto da Cidade, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e nos diversos conselhos de políticas públicas setoriais (saúde, direitos da criança e do adolescente, assistência social). “Trata-se, pois de funções de caráter político na medida em que objetivam a representação de segmentos sociais para realização de atividades de caráter geral de proteção à sociedade como um todo” (Teixeira, 2008, p. 31).

Na perspectiva de Teixeira (2008, p. 32), o aparato institucional-legal – que dá às associações funções de controle social do poder público, participação na gestão e no planejamento – “se devidamente exercitado e respeitado daria condições de partilha do poder e de efetivação de uma democracia participativa”. No entanto, as barreiras são reais e situam-se principalmente no campo da cultura política, onde de um lado situam-se interesses corporativos bem articulados e, de outro, as associações que “ainda não dispõem de um suporte técnico e recursos humanos que possam exigir e acompanhar a prática destes mecanismos” (Teixeira, 2008, p. 32).

Ainda que com obstáculos, não se pode negar, no entanto, a crescente ampliação da vinculação entre sociedade civil e sociedade política: “desenvolve-se o novo espaço público denominado público não-estatal, onde irão situar-se os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais” (Gohn, 2005, p. 77).

A articulação em formato de redes tem ajudado as organizações a fortalecerem suas ações, organizarem seus movimentos e ramificarem suas ideias. Nas redes ligam-se ideias de participantes autônomos que compartilham valores e interesses e se relacionam em detrimento de estruturas hierárquicas. Observando os movimentos ambientalista, feminista e religiosos fundamentalistas, Castells (2003, p. 443) vai além ao afirmar que “essas redes fazem mais do que organizar atividades e partilhar informações, [elas] representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais”.

## **6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a pesquisa empírica foram escolhidas como objeto as organizações da sociedade civil, entidades que vêm paulatinamente incorporando o papel de mediadoras ou articuladoras de participação política, ainda que isto não esteja em seus objetivos originais ou prioritários.

O ambiente da pesquisa é a cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia que, historicamente, concentra organizações da sociedade civil atuando em frentes múltiplas de defesa de direitos civis e mediações políticas. Dada a quantidade e diversidade dessas organizações, optou-se por uma seleção que partiu do banco de dados do Cadastro Nacional de Entidades (CNE)<sup>6</sup> do Ministério da Justiça. De acordo com a Portaria SNJ nº 24, de 11 de outubro de 2007, é obrigatório o registro no CNE/MJ para as entidades declaradas de Utilidade Pública Federal (UPF), as entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), além das Organizações Estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil. A partir do Relatório Eletrônico de Prestação de Contas que cada organização disponibiliza no CNE, foram utilizados os seguintes critérios de seleção:

- a) Organizações cuja finalidade pudesse ser enquadrada como de mediação social, retirando-se aquelas, portanto, que têm fins exclusivamente educacionais, de prestação de serviços de saúde ou financiadoras de projetos. Assim, dos 23 tipos de finalidades definidas no CNE, permaneceram 13;
- b) Organizações que responderam afirmativamente quanto à sua contribuição para ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania no Questionário para Avaliação da Inserção Social<sup>7</sup>. Com a aplicação desses dois primeiros critérios pretendeu-se selecionar aquelas

---

<sup>6</sup> Banco de dados e demais informações disponíveis em <http://www.mj.gov.br/cne>

<sup>7</sup> Este Questionário faz parte do Relatório Eletrônico de Prestação de Contas

organizações que, para além de prestação de serviços, podem ter atuação política;

- c) Organizações que já atuavam em 1995, ano da entrada da internet comercial no Brasil. Com este requisito procura-se ter acesso a informações sobre as mudanças nas competências demandadas pela inserção das TICs.

Com a aplicação desses critérios, chegou-se a 51 organizações. Na primeira etapa optou-se por entrevistar apenas uma organização de cada finalidade, conforme Quadro 1, totalizando 11 organizações.

<b>Finalidade</b>	<b>Organização Entrevistada</b>
Cultura e Arte	Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (Projeto Axé)
Assistência Social – Vigilância Social	Nenhuma organização atendeu aos critérios de seleção
Assistência Social – Proteção Social	Organização de Auxílio Fraternal (OAF)
Assistência Social – Defesa social e institucional	Fundação Franco Gilberti
Defesa e Proteção do Meio Ambiente	Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Fundação Pró-Tamar)
Associação de Moradores, Centros e Associações Comunitárias	Associação Movimento João de Barro
Desenvolvimento Rural	Instituto de Permacultura da Bahia
Emprego e Treinamento	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec)
Defesa de Direitos de Grupos e Minorias	Grupo de Apoio à Prevenção a Aids da Bahia (Gapa-BA)
Outras Formas de Desenvolvimento e Defesa de Direitos	Associação Baiana de Deficientes Físicos (Abadef)
Promoção do Voluntariado	Centro Espírita União, Amor e Luz
Outras não especificadas anteriormente	Associação de Pais e Amigos de Crianças e adolescentes com Distúrbios de Comportamento
Segurança e Cidadania	Nenhuma organização atendeu aos critérios de seleção

Quadro 1: Organizações da sociedade civil por finalidade de atuação  
Fonte: Pesquisa dos autores a partir do CNE

As entrevistas foram realizadas individualmente, com os gestores de cada organização, nos meses de junho e julho de 2009, a partir de horário previamente agendado. A entrevista partiu de um roteiro semi-estruturado, com 10 questões abertas. As entrevistas foram gravadas, com o



objetivo de tornar os dados obtidos mais precisos. A esses depoimentos verbais foram acrescentadas anotações e observações. As falas coletadas foram transcritas e os dados foram tratados para produzir os resultados. De acordo com o caráter qualitativo não foram utilizados instrumentos e técnicas estatísticas sofisticadas na análise dos dados e sim inferências a partir das falas dos entrevistados.

Na redação dos resultados, a seguir, todas as falas estão sinalizadas em itálico e optou-se por ocultar a identidade das organizações. Nesse sentido, sempre que a fala do entrevistado incluiu o nome da organização, esse foi substituído por “[organização]”.

## **7 RESULTADOS**

### **7.1 O conceito de participação política**

A partir do conjunto das falas dos entrevistados, observou-se que a compreensão da participação política para eles está: 1º - na conscientização ou empoderamento das pessoas das comunidades onde atuam, para a formação de cidadãos; 2º - na participação na construção ou promoção de políticas públicas; 3º - na defesa de direitos das comunidades que representam. Embora os discursos coletados abarquem outros conceitos, pelo menos um dos apresentados acima estava presente em todas as falas, demonstrando coesão da compreensão do que seja participação política para as organizações da sociedade civil. A formação de cidadãos esteve explícita no discurso de oito organizações e também aparece em alguns de seus documentos, a exemplo de um relatório de 2008:

O reconhecimento do trabalho da [organização] por parte da comunidade local contribui significativamente para manutenção e expansão das ações que desenvolve, no entanto, gera na população atendida grandes expectativas quanto a capacidade de atuação da instituição, o que em alguns contextos representam uma ameaça à proposta de empoderar a comunidade na construção e transformação de sua história, pois essa passa a aguardar da instituição a solução para suas limitações, dificultando o reconhecimento de suas potencialidades e mobilização de esforços para reversão das dificuldades eminentes. Com o intuito de reverter esse quadro, buscamos desenvolver ações com a comunidade e não mais para a comunidade, envolvendo-a em processos de formação, discussão e elaboração de políticas públicas e deliberações diversas, dessa forma, a população passou a reconhecer-se instrumento fundamental para a modificação ou manutenção de sua realidade. (ACOPAMEC, 2008, p. 19-20, grifo nosso).

Trata-se de uma concepção ancorada na democracia participativa, para a qual é no processo de participação que os atores desenvolvem valores e comportamentos importantes para a sua formação enquanto sujeitos políticos, inclusive para se relacionar com as instituições da

democracia representativa. A citação também demonstra a inter-relação entre os conceitos de participação política, uma vez que a organização – como também transparece em outras – compreende o empoderamento da comunidade para que esta tenha voz na elaboração de políticas públicas.

A participação política na promoção de políticas públicas ocorre de forma indireta (por exemplo, procurando sensibilizar grupos ou políticos para uma determinada questão) e de forma direta, principalmente através de assento em conselhos municipais. De uma forma ou outra, esse tipo de participação foi mencionado por sete entrevistados:

*“A participação política vem do leque das nossas atividades e torna-se muito importante, talvez até indispensável, porque não teria porque fazer uma entidade se você não trabalha com políticas públicas, se você não é um ator social junto aos representantes que estão ali e que fomos nós que colocamos, que somos nós também responsáveis pela sua atuação.”*

Embora os conceitos de participação política apareçam usualmente imbricados, a participação como defesa de direitos (citada por cinco entrevistados) também aparece como central: *“A participação política é uma prioridade no sentido de defender essa comunidade na qual atuamos em seus direitos”*. A busca e defesa de direitos está na própria origem do movimento associativo, na medida em que os direitos hoje institucionalizados (informação, associação, comunicação) foram conquistas de movimentos sociais ao longo da história. Longe, entretanto, de ser uma luta superada, muitas organizações continuam dedicando tempo e energia para tornar tais direitos conhecidos e respeitados: duas organizações mencionaram situações em que foi necessário acionar o Ministério Público e a Procuradoria da República contra o próprio Estado para garantir direitos.

Assim, observando os conceitos de participação política praticados pelas organizações entrevistadas, vê-se que têm uma compreensão muito próxima do entendimento de Gohn (2005, p. 30):

Entendemos a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. Não estamos nos referindo a qualquer tipo de participação mas a uma forma específica, que leva à mudança e à transformação social.

Por outro lado, se a atuação política, em menor ou maior grau, está presente em todas as organizações pesquisadas, nenhuma delas tem natureza eminentemente política. Considerando a diferença de proporções, a pesquisa de Teixeira (2008, p. 74) obteve resultados semelhantes: das 1821 organizações cadastradas, apenas 1% pôde ser considerada de natureza política, destacando-

se os fóruns ou grupos de cidadania, voltados para o acompanhamento das ações governamentais em 11 municípios do interior baiano.

Para algumas organizações também há certa reticência em admitir a atuação política da organização. Talvez isso ocorra porque dá ao entrevistado a sensação de que ao admitir afastaria a organização da sua finalidade ou porque não quer comprometer a organização com mais um compromisso social; ou ainda porque a compreensão de participação política está ligada a formas tradicionais, como fica mais claro na fala seguinte, quando se menciona uma participação “formal”, considerando, portanto, que as outras ações seriam uma participação “informal”:

*“Cada uma das ações que o [organização] toma no que diz respeito à política pública estão relacionadas com o objetivo fim [...]. A gente abre um leque de ações aparentemente diversas, mas o foco precisa estar claro [...]. Com relação às comunidades nas quais atuamos, a gente tenta não representá-las perante o poder público, mas fomentar nas comunidades a participação, fomentar a formação de consciência para que elas possam se manifestar [...]. Estamos mobilizando a colônia de pesca daqui, a colônia de Arembepe para eles se encontrarem com representantes do poder público [...]. A gente fomenta essa mudança. Agora tem a parte formal também, a gente participa de conselhos e comissões para promover a política pública que colabore para conservação das tartarugas marinhas”.*

Além disso, pelo menos três organizações fizeram questão de registrar sua não vinculação a partidos políticos, compreendendo que isso seria um elemento desqualificante para a organização. Na pesquisa de Teixeira (2008, p. 84), igualmente, somente 5% afirmaram possuir relação com partidos políticos, e “em geral assumem-se suprapartidárias, com receio de ‘confundirem seus associados’ ou por ‘não se envolverem com política’”. A fala seguinte ilustra esse ponto, embora essa mesma organização, em momento posterior, tenha admitido ter um deputado em seu quadro de diretores:

*“A gente tem um projeto político-pedagógico onde as pessoas reconhecem ali o seu papel, a sua contribuição enquanto cidadão; e a gente sempre conversa isso nas reuniões, mas a gente não entra na questão política na discussão, porque a comunidade tem as suas associações aqui e são muito vinculadas a partidos e a gente procura dar uma visão da igualdade de todos, independente de partidos e do governo”*

Todavia, se nenhuma tem função eminentemente política, nove organizações afirmaram que, dentre suas frentes de atuação, a participação política está entre suas principais prioridades; as outras duas admitiram uma prioridade média. Mas a participação política não estava entre as prioridades no início de suas atividades. Elas surgem com objetivos bem específicos e que se mantêm ao longo do tempo, mas a participação política parece ser um fenômeno que se impõe para atingirem seus objetivos, conforme transparece nas duas falas seguintes:

*“O Instituto na formação, ele veio muito mais com a proposta de divulgação da permacultura*

*[...]. Após alguns anos se percebeu a necessidade de novas frentes de ação, inclusive com políticas públicas [...]. A gente foi percebendo que a linha na qual vínhamos atuando necessitava de uma ampliação [...]. O Instituto elegeu o semiárido com foco na produção de alimentos. Só que você chega no local e vê que existe toda uma rede que envolve problemas de representação, por isso a gente foi aumentando o grau de articulação com parceiros locais, com as prefeituras, com o governo do estado [...]. Surgiram convites para que o Instituto estivesse representando em algumas ações, participando, fazendo parcerias”*

*“Essa participação específica [participação política], ela surgiu como consequência do próprio trabalho, da evolução de como as coisas foram acontecendo”.*

Assim, as organizações da sociedade civil despontam como uma opção viável de aplicação dos ideais da democracia deliberativa, uma vez que a maior parte da população ou desconhece ou não se sente capaz de fazer valer seu ponto de vista nos espaços oficiais de deliberação existentes. Para Baquero (2003, p. 89), em muitos casos as organizações da sociedade civil têm conseguido mobilizar os cidadãos seja para pressionar o Estado a responder às suas demandas, seja envolvendo-o em atividades coletivas que geram benefícios sociais. Também para Maia (2001, p. 7) “apesar de, do ponto de vista institucional, serem consideradas pré-políticas, elas podem proporcionar um revigoramento de demandas e projetos específicos a serem enviados para as arenas políticas institucionais”.

## **7.2 As formas de participação política**

Coerente com o conceito de participação política, para a maior parte das organizações (nove delas), a forma de atuação mais efetiva está na mobilização das comunidades, na orientação para a busca de seus direitos ou no empoderamento dessa comunidade. Mas também nove mencionaram a participação em debates e fóruns públicos como atuação política, dentre as quais duas disseram que capacitam as pessoas da comunidade para estarem nesses espaços. Oito delas também mencionaram participar de conselhos, a maioria com direito de voto. Quatro também organizaram eventos relacionados a discussões sobre direitos e cidadania. Três já organizaram manifestação pública de rua. Apenas uma relacionou a participação política pela inserção de pessoas da organização em partidos políticos. Nenhuma realiza ciberativismo.

Há, portanto, uma alteração acentuada quanto às formas de atuação política se comparados aos registros de 20 ou 30 anos atrás: de uma posição de confronto com o poder público para uma posição de busca de diálogo e parceria. Duas falas merecem ser observadas nesse sentido:

*“É importante a manifestação em alguns casos, mas é importante que se apresente propostas, alternativas para discutir. Eu acho que o diálogo é o primeiro passo.”*

*“Já houve momento da gente pegar uma bandeira e ir reclamar alguma coisa. Hoje a gente não precisa fazer isso, mas se precisar a gente vai fazer, porque hoje a gente já tem credibilidade suficiente para chegar nos espaços, de uma forma muito tranquila, sem estardalhaço e dizer ‘olha, o [organização] está aqui e achamos necessário fazer isso’, e ser ouvido”.*

Gohn (2005, p. 83), numa posição bastante crítica sobre essa mudança na forma de atuação, acredita que:

Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a idéia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando em ativista organizador das clientelas usuários dos serviços sociais.

O mais provável é que os dois lados tenham razão. A observação empreendida pela pesquisa de campo – ainda que sempre parcial e subjetiva - pôde constatar que da mesma forma que há organizações que se tornaram apêndices do serviço público - completamente dependentes de seus recursos e orientação -, há aquelas que encontraram meios de autossustento ou diversificaram os patrocínios e mantêm uma linha de atuação independente. Giddens (2001, p. 90), baseado em outras pesquisas, acredita que o que há é uma mudança nas formas de associação civil e engajamento cívico:

A menor confiança nos políticos e outras figuras de autoridade é por vezes tomada como indicador de apatia social geral. [...] não é isso que ela indica – talvez o contrário. Uma sociedade cada vez mais reflexiva é também uma sociedade marcada por elevados níveis de auto-organização. [...] Algumas formas mais antigas de associação civil e engajamento cívico vêm perdendo sua influência, mas outros tipos de energia comunal as estão substituindo.

Retomando a forma mais frequente de participação política, a formação do cidadão, é latente a concentração de esforços das organizações para este foco:

*“A gente faz um trabalho de conscientização, mas também de cidadania, para eles [a comunidade] entenderem que têm um espaço, que todo mundo tem direito de trabalhar, de estudar, porque muitas vezes eles acham que porque não estudaram, ou porque são negros, ou porque são pobres ou porque não sabem falar direito, muitos acham que não têm direitos, que qualquer coisa serve. Então, nosso trabalho é mostrar que todo mundo pode ter o melhor, agora a gente precisa estar unido, a gente precisa trabalhar junto.”*

Uma vez por semana, essa organização promove, no turno da noite, palestra sobre algum tema relacionado a direitos, cidadania ou questões que permeiam os problemas da comunidade (violência, prostituição, drogas etc.). É distribuído um quilo de leite em pó para quem assiste ou participa da palestra. Segundo a entrevistada, é a forma que encontraram para chamar as pessoas

para discutirem seus problemas. Um exemplo citado de êxito da iniciativa foi a mobilização da comunidade para ter coleta de lixo, porque as pessoas jogavam o lixo numa área aberta, já que não havia o serviço público. Então, de um lado houve o empenho da organização em acionar os meios institucionais para solicitar e pressionar pela existência do serviço, e de outro um trabalho de conscientização para as pessoas colocarem o lixo no local apropriado.

Nesse exemplo, a organização entende sua participação pela formação do cidadão via palestras e espaços de discussão, mas existem outras organizações na qual essa formação se dá embutida na própria ação-fim da organização:

*“A política está na base da nossa proposta pedagógica. Então, em nenhum momento a gente se distancia do político [...]. A ideia é trazer o menino para o projeto e fazer com que esse menino diga não ao pensamento que ele não é ninguém, que não possa ser feito nada por ele, que ele não tem jeito [...] e fazê-lo entender que a razão daquela situação é histórica, é política; essa é a nossa meta política”.*

A aposta das organizações na educação encontra respaldo na democracia participativa. Efetivamente, os teóricos da democracia participativa advogam que o máximo de participação de todas as pessoas em pequenas esferas que levem à socialização ou educação social precisa ocorrer para que as qualidades psicológicas necessárias sejam desenvolvidas. Como contraponto, deve-se considerar que inexistem estudos aprofundados que identifiquem a eficácia dessas ações.

Outro ponto controverso é a participação em conselhos. A frequência de respostas relativas à participação nos conselhos deliberativos e consultivos é surpreendente, com oito organizações atuando nesses espaços. Como se viu, no entanto, alguns conselhos são obrigatórios por força de lei, bem como a participação de representantes da sociedade civil, o que pode significar uma participação compulsória. Teixeira (2008, p. 120) apresenta algumas questões quanto à funcionalidade dos conselhos:

Os conselhos funcionam como mecanismos viabilizadores da descentralização administrativa – outra bandeira levantada no Brasil, nos anos 1980, ao lado da redemocratização. Foram instituídos verticalmente, como uma imposição desde o governo federal até os municípios, com aquele condicionando o repasse de recursos à instituição formal dos conselhos. Outra questão diz respeito à noção de co-gestão. [...] Essa possibilidade esbarra, contudo, na tradição autoritária patrimonialista e excludente que caracteriza a cultura política municipal brasileira. [...] Uma terceira questão refere-se ao perfil dos conselheiros. [...] Suas atribuições avançam para novos estágios da participação, ao prever funções de fiscalização e deliberação. Essas funções requerem um mínimo de qualificação técnica daqueles que se dispõem a realizá-las.

Novamente, vale considerar os dois lados: de fato, as ponderações de Teixeira são pertinentes e as organizações esboçam que conseguir assento em um conselho não é garantia de

êxito, tanto pelos motivos lembrados por Teixeira, mas também por outros de ordem prática, como ter tempo, no meio de todas as suas funções, para se inteirar de todas as questões antes de ir para uma reunião. Por outro lado, no entanto, é inegável que os conselhos representam espaços de aproximação da sociedade civil com a sociedade política. Os conselhos, portanto, a depender da sua atuação, podem significar uma alternativa para aquilo que Gomes (2005a) identificou como uma das principais lacunas de democracia representativa: “a consolidação da experiência democrática moderna, principalmente através dos modelos de democracia representativa, findou por configurar uma esfera da decisão política apartada da sociedade ou esfera civil”.

Comparando com as formas atuais de participação propostas por Dallari (2004), vê-se claramente que essas organizações têm: 1) participação coletiva - pela integração da comunidade, cujos indivíduos têm objetivos comuns; 2) participação eventual e organizada – tanto participam quando são chamados a uma situação específica, quanto mantêm presença constante em fóruns e comissões; 3) participação eleitoral; 4) participação em reuniões, movimentos e associações e 5) exercício de crítica – que está relacionada ao conhecimento, exame e esclarecimento das coisas a fim de uma participação consciente.

### **7.3 As competências digitais**

Dentre as nove organizações que perceberam que a inserção de tecnologias de informação e comunicação demandou novas competências, cinco disseram que tais competências foram trazidas pelas pessoas que ingressaram na organização ao longo do tempo e outras quatro ou promoveram cursos de nivelamento na própria organização ou enviaram os funcionários para cursos externos, conforme a necessidade.

Quanto à distribuição das competências, observa-se também uma situação dual: enquanto em seis organizações a responsabilidade por alimentar o *website*, responder e-mail, atualizar *blog* etc. está concentrada em uma ou duas pessoas, nas demais já há uma estrutura mais distribuída: um administra o *website*, outro produz o conteúdo, outros mantêm *blogs* etc.

Para além da promoção de competências digitais entre aqueles que atuam nas organizações, seis delas direcionam esforços para desenvolvê-las entre os beneficiários de suas atividades. Esse é um ponto interessante porque sendo organizações com fins tão diversos, têm em comum o fato de manterem cursos de informática, infocentros, educação digital ou projetos específicos nesse sentido. Uma organização comentou que a partir de 2010 todos os cursos

profissionalizantes que oferecerem (a exemplo de culinária) irão incluir informática e cidadania, “*porque são ferramentas indispensáveis a qualquer indivíduo hoje em dia*”. Outra organização que mantém um infocentro disse que além de cursos sobre Internet e Linux, o infocentro é aberto à comunidade para pesquisas; nessa mesma organização, observando que os meninos buscavam o infocentro para jogos eletrônicos, estão procurando introduzir jogos que “*oferecem competências e desenvolvam habilidades, porque o jogo pode ser utilizado como um veículo de aprendizagem*”.

Outra organização mantém um projeto chamado Sertão.Net: “*O projeto Sertão.Net é uma proposta de formação de agricultores para a convivência com o semiárido, por meio de intercâmbios virtuais para troca de conhecimentos e informações. Agricultores e agricultoras que praticam permacultura e agroecologia nas comunidades rurais dos municípios de Cafarnaum, Umburanas, Orolândia e Morro do Chapéu (Bahia, Brasil) conversam com agricultores e agricultoras indianos envolvidos nos projetos da Power, organização não-governamental que atua prioritariamente com o fortalecimento comunitário de agricultores familiares e a conservação da biodiversidade no semiárido do norte do Estado de Karnataka, Índia.*”<sup>8</sup>. Os agricultores participam de uma teleconferência a cada mês. Além disso, receberam orientação para alimentar um *blog*, que usam para registrar o que aprenderam nas oficinas e comentar o que mais lhes interessou. Como muitos não têm computador, às vezes é levado um laptop para ficar na casa deles por um período, para manter a familiarização.

Observa-se que esta organização vem direcionando esforços para desenvolver competência informacional entre os beneficiários de suas atividades. E o desenvolvimento da competência aparece vinculado à participação política, porque a organização vislumbra na troca de informações entre os agricultores uma forma de empoderamento da comunidade, uma forma de buscar soluções para comunidades que têm problemas semelhantes. Efetivamente, a competência informacional está ligada às atitudes para criar e compartilhar informação porque se compreende que assim todos podem aprender e encontrar soluções para as questões cotidianas. Webber e Johnston (2000, p. 396) parecem estar certos ao apontarem o desenvolvimento dessa competência: “A substituição do cidadão como alguém que recebe serviços de informação feitos para ele em direção a um cidadão como um agente que pode refletir e desenvolver suas próprias

---

<sup>8</sup> Fonte: <http://www.permacultura-bahia.org.br/interna.php?cod=34>



abordagens em direção à competência informacional, está efetivamente já acontecendo<sup>9</sup>”.

A fala de outro entrevistado indica que o desenvolvimento de competências digitais pode estar sendo demandado no sentido inverso, do público-alvo para as organizações: “*Em geral, as líderes das comunidades, mesmo no interior, usam Internet ou conhecem uma pessoa que sabe usar [...]. Já tem lan house no Estado inteiro, então a comunicação via Internet já está bem difundida por conta dessas lan houses e também das antenas*”.

O uso das redes digitais envolve a aplicação de competências diversas como habilidades motoras para usar as ferramentas tecnológicas, a navegação em ambientes, a competência em informação (*information literacy*), a comunicação, a publicação, até a completa aplicação da tecnologia para o desenvolvimento de uma ampla gama de atividades humanas.

Retomando o esquema conceitual de Eshet-Alkalai (2004) para *digital literacy* (*photo-visual literacy, reproduction literacy, branching literacy, information literacy, socio-emotional literacy*), observa-se que todas as organizações as desenvolveram em maior ou menor grau: há organizações que se valem das TICs apenas para a troca de e-mails, outras mantêm blogs, outras mantêm sítios eletrônicos em dois ou três idiomas, outras promovem teleconferências. Enfim, são ações e produtos que mobilizam todo o esquema conceitual de competências digitais.

## **8 CONCLUSÃO**

Algumas pesquisas (Norris, 2001; Jenkins, 2008) têm apontado que a cultura participativa que vem se desenvolvendo a partir da tecnologia digital traz consigo a diversificação das formas de participação política. Para além de escolher representantes, a participação é praticada na militância em causas de interesse específico, na manifestação em consulta pública, no debate sobre um tema de interesse coletivo e numa diversidade de outras formas. Essas e outras ações são cada vez mais usuais para aqueles que se apoderaram do meio digital para um amplo espectro de atividades, do trabalho ao lazer, dos cuidados com a saúde à participação política. Claro está que aquelas formas de participação política são prévias às tecnologias digitais, mas é inegável que essas tecnologias potencializaram suas possibilidades de aplicação para os que a dominam. Usando as palavras de Aviran e Ashet-Alkalai (2006): “Dada a extrema importância da competência digital para a efetiva atuação, aprendizagem e ensino em ambientes

---

<sup>9</sup> Tradução livre de: “The shift away from the citizen as someone who has information services done to them, and towards the citizen as an agent who can reflect and develop his or her own approach to information literacy, is effectively happening already.”

digitais, o progresso nessa direção é vital para nossa capacidade de lidar racionalmente com os desafios da cultura digital<sup>10</sup>”.

Os valores que emergem com a cibercultura, como manter-se informado, comunicar-se constantemente, trabalhar colaborativamente, criar e avaliar informações, colocar sua opinião, entre outros, são valores que parecem levar a um cidadão mais participativo, que se vê como corresponsável pela decisão das questões em seu entorno. Participação política hoje, portanto, é um conceito em franca evolução, que passa pela escolha de representantes, mas que vêm aglutinando rapidamente novos e variados canais de deliberação.

Os casos estudados também permitem afirmar que a participação política vem firmando-se como uma prioridade entre as ações de organizações que nem sempre tinham esse intuito no início de suas atividades. O conceito de participação relaciona-se basicamente com práticas em direção à formação de cidadãos, à construção de políticas públicas e à defesa de direitos. De acordo com esse conceito, para a maior parte das organizações, a forma de atuação mais efetiva está no empoderamento da comunidade, mas também a participação em conselhos e fóruns públicos.

Ao mesmo tempo são organizações que se valem de intenso fluxo de informação e comunicação, principalmente com o beneficiário de suas atividades e com parceiros. As tecnologias de informação e comunicação têm sido gradualmente absorvidas e diretamente aplicadas para justamente potencializar o fluxo de informação e comunicação. Considerando a crescente compreensão da necessidade de atuar em rede e com a rede de parceiros, novas competências são necessárias, levando as organizações a ora se valerem dos conhecimentos trazidos espontaneamente pelos funcionários, ora promoverem capacitação. Curiosamente, apesar de finalidades tão diversas, mais da metade das organizações pesquisadas têm cursos, projetos ou espaços vinculados ao desenvolvimento de competências digitais para seu público-alvo. As organizações, se consideradas no todo, desenvolveram competências digitais que se refletem nos produtos que disponibilizam: sítios eletrônicos, *blogs*, teleconferências etc. No entanto, será necessário o aprofundamento do estudo para verificar: quais competências são mais ou menos desenvolvidas; se as capacitações influenciam no desenvolvimento dessas competências; e como

---

<sup>10</sup> Tradução livre de: “Given the utmost importance of digital literacy for effective functioning, learning, and teaching in digital environments, the initiation of progress in this direction is vital to our ability to deal rationally with the challenges of digital culture”.

tudo isto afeta a participação política das organizações e de seu público alvo. É o que se pretende com o desenrolar desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ACOPAMEC (Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão). **Relatório anual 2008**. Salvador: 2008

AVIRAM, Aharon; ESHET-ALKALAI, Yoram. Towards a theory of digital literacy: three scenarios for the next steps. **European Journal of Open, Distance and E-learning**, n. 1, 2006. Disponível em [http://www.euodl.org/materials/contrib/2006/Aharon\\_Aviram.htm](http://www.euodl.org/materials/contrib/2006/Aharon_Aviram.htm). Acesso em 26 out. 07

ANTOUN, Henrique. De uma teia a outra: a explosão do comum e o surgimento da vigilância participativa. In: ANTOUN, Henrique (Org.) **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 11-28

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, p. 83-108, nov. 2003

BÉLISLE, Claire. Literacy and the digital knowledge revolution. In: MARTIN; Allan; MADIGAN, Dan (Ed.). **Digital literacies for learning**. London, Facet, 2007

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BOHMAN, James. **Public deliberation: pluralism, complexity, and democracy**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1996.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. v. 2

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. In: ANTOUN, Henrique (Org.) **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 29-48

CORTÊS, Soraya Vargas. Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities*. In: HOCHAMN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007

DALLARI, Dalmo A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEMO, Pedro. Alfabetizações: desafios da nova mídia. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 543-564, out./dez. 2007

GARCIA, José L. L. Cibercultura e cidadania. In: Ciclo de Conferências de Cibercultura, 4., Guarda (Portugal), 27 jan. 2005. **Os media tecnológicos e a educação para a cidadania**. 2005

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Unesp, 1996.

- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 2001
- GILSTER, Paul. **Digital literacy**. New York: John Wiley & Sons, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, set./dez. 2008. p. 439-455
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras: estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214-222, set./dez. 2005a.
- GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, n. 27, ago. 2005b.
- JAMBEIRO, Othon et al. Políticas de informação e comunicação, participação social e controle da gestão pública, em websites municipais. **Verso e Reverso**, v. 22, n. 50, 2008
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009
- JORDAN, Tim. Language and libertarianism: the politics of cyberculture and the culture of ciberpolitics. **The Sociological Review**, v. 49, n.1, 2001.
- KUMAR, Krishan. A Sociedade de Informação. In: KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 18-47.
- LAISNER, Regina. A participação em questão: ponto ou contraponto da representação na teoria democrática. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 14, n. 26, 2009.
- LEMO, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.
- MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), 10., Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2001.
- MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 46-72.
- MARQUES, Francisco P. J. A. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo de caso do Estado brasileiro**. 2008. 498f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2008.
- MARTIN; Allan. Literacies for the digital age: preview of part I. In: MARTIN; Allan; MADIGAN, Dan (Ed.). **Digital literacies for learning**. London, Facet, 2007
- McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2005
- MONTEIRO, Silvana D. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **DataGramZero**, v. 8, n. 3, jun. 2007.

MURDOCK, G.; GOLDING, P. Dismantling the digital divide: rethinking the dynamics of participation and exclusion. In: Andrew, C.; COLIN, S. **Toward a Political Economy of Culture: Capitalism and Communication in the Twenty-First Century**. Rowman & Littlefield, 2004, p. 244-260

NORRIS, Pippa . Cybercultura. In: NORRIS, Pippa. **Digital divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. In: ANTOUN, Henrique (Org.) **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 101-122

REIS, Elisa. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003, p. 11-14.

RIBEIRO, Ana Elisa. Letramento digital: um tema em gêneros efêmeros. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 5., 2007, Belo Horizonte

ROBINS, Kevin; WEBSTER, Frank. The long history of the information revolution. **Times of Technoculture**. London: Routledge, 1999, p. 62-80

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Sivaldo P. **Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado**. 2009. 277f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo C. (Coord.) **Sociedade civil na Bahia: papel político das organizações**. Salvador: EdUfba, 2008.

WEBBER, Sheila; JOHNSTON, Bill. Conceptions of information literacy: new perspectives and implication. **Journal of Information Science**, v. 26, n. 6, 2000, p. 381-397